Aproxima ção

Juizados Especiais

Autocomposição

Cidadania

2ª Vice-Presidência do TJPR



Editorial



Caras amigas e caros amigos,

O fim de um ciclo.

Nesta data, chega ao fim uma gestão que teve início no dia 11 de agosto de 2014. Foram exatos 2 anos, 5 meses e 20 dias de muito trabalho. Ao cabo, tudo o que foi planejado foi executado. Todas as metas estabelecidas foram cumpridas. As soluções viáveis para os diversos problemas foram encontradas.

Ainda assim, muito há por fazer. É que o Sistema dos Juizados Especiais está em constante transformação, assim como as modernas políticas de autocomposição e de cidadania. Sempre haverá algo a ser aperfeiçoado. A evolução decorre de um processo constante de construção.

Os números alcançados, em última análise, sintetizam o que foi realizado: centenas de milhares de processos julgados nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Paranaenses; mais de 100 CEJUSCs instalados; 3.000 facilitadores capacitados em métodos autocompositivos; 36.000 crianças atendidas no Justiça e Cidadania também se aprendem na Escola; milhares de acordos celebrados no Paraná.

Só foi possível atingir tão expressivos resultados em razão de uma profunda reestruturação administrativa da 2ª Vice-Presidência e dos Sistemas que ela supervisiona. Isso é gestão.

Entretanto, pouco ou nada uma boa gestão pode fazer se não houver o olhar voltado para as pessoas. Foi para a população paranaense que tudo foi feito. Em razão do seu trabalho, cara amiga e caro amigo, as coisas aconteceram.

Uma experiência valiosa, uma rica fonte de crescimento e realização para todos nós.

Muito obrigado por tudo!

Fernando Wolff Bodziak 2º Vice-Presidente do TJPR

Índice

Fóruns Descentralizados Justiça Presente02
Deliberações do CSJEs03
20 Anos dos Juizados Especiais08
Justiça ao Torcedor09
Operação Litoral10
Deliberações do NUPEMEC1
Encontros e Eventos Culturais1
Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs
Capacitações13
Semana Nacional da Conciliação14
Jus XXI - Inovação e Cidadania1
Justiça e Cidadania também se Aprendem na

Expediente

Supervisor-Geral Desembargador Fernando Wolff Bodziak Juiz Coordenador Fábio Ribeiro Brandão Coordenação-Geral

Durval Pacheco de Carvalho Neto Cíntia Cristina Martins Ferreira

Coordenadora de Comunicação

Marília Seeling

Colaboradores desta Edição

Cláudia Leitner

Cleverton Bueno de Oliveira

Diogo Rodrigues Manasses

Gustavo Pielak Kuinsler

Jair Tonial Filho

Karina Resende Carula

Juliane Dalcanale

Lígia Maria Mazzo Werner

Luana Thais Kessler

Maria Luiza Mendes Xavier Vianna

Soraya Costa Esmanhotto

Ricardo Kaehler Meister

Fóruns Descentralizados **Justiça Presente**

Com o objetivo de aproximar e garantir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, desde 2012 o TJPR tem estimulado a descentralização de algumas das unidades judiciárias de Curitiba, criando o conceito de Fóruns Descentralizados.

Este modelo se insere no moderno conceito de Justiça Comunitária, que objetiva que o atendimento judicial se dê na região onde vivem as pessoas, fortalecendo os laços familiares e comunitários, com interlocução constante da rede de atendimento básico e especial nas diversas áreas de interesse do cidadão (como assistência social, saúde, educação e habitação, por exemplo), objetivando, sempre, a solução pacífica dos conflitos e a interação com os equipamentos e serviços públicos municipais existentes nas Regionais Administrativas da Prefeitura (subprefeituras).

Pensando em aprimorar esse trabalho, a 2ª Vice-Presidência do TJPR criou o programa "Fóruns Descentralizados de Curitiba - Justiça Presente". A proposta é criar um plano de ações que viabilize a ampliação do atendimento com a criação de mais Fóruns nas regionais administrativas de Curitiba. Essa opção pretende manter vínculos com as Ruas da Cidadania da Capital, modelo que congrega os principais serviços públicos de interesse dos cidadãos em um só local, com fácil acesso pelo transporte coletivo. Funcionando em unidades próximas a elas, o atendimento judicial, disponibilizado pelos Fóruns Descentralizados, tem enorme ganho qualitativo (nas esferas préprocessual, processual e de cidadania), vez que os serviços prestados pelo Poder Executivo Municipal passam a integrar a mesma rede de atendimento do Poder Judiciário, beneficiando cada cidadão que busca uma solução para seus problemas junto à Justiça.

O programa, lançado em junho de 2015, contou com um convênio entre o TJPR e a Prefeitura Municipal de Curitiba. O objetivo é garantir o desenvolvimento de um trabalho conjunto visando o fortalecimento das relações institucionais e o desenvolvimento de ações voltadas a entregar para toda população curitibana uma melhor prestação jurisdicional.

Dessa forma, seguindo a divisão administrativa da prefeitura da capital paranaense, o projeto separou a cidade em 9 regiões: Santa Felicidade, Cidade Industrial, Pinheirinho, Bairro Novo, Boqueirão, Cajuru, Portão, Boa Vista e Matriz. Cada uma delas contaria com uma Vara Descentralizada com competências de Juizado Especial Cível e Criminal, Infância e Juventude Protetiva, Família e Sucessões e CEJUSC (Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania).

Atualmente, 5 unidades estão em funcionamento (Santa Felicidade, CIC, Pinheirinho, Boqueirão e Bairro Novo), além da matriz, o que totaliza mais de 1,2 milhão de curitibanos atendidos, ou seja, mais de 60% da população de Curitiba.

O modelo de Fórum Descentralizado de Curitiba é único no Brasil, e tem sido elogiado pelo Conselho Nacional de Justica, bem como por diversos Tribunais de Justiça brasileiros, como os de Minas Gerais e do Pará, que visitaram as instalações curitibanas e enalteceram essa modalidade de vanguarda.

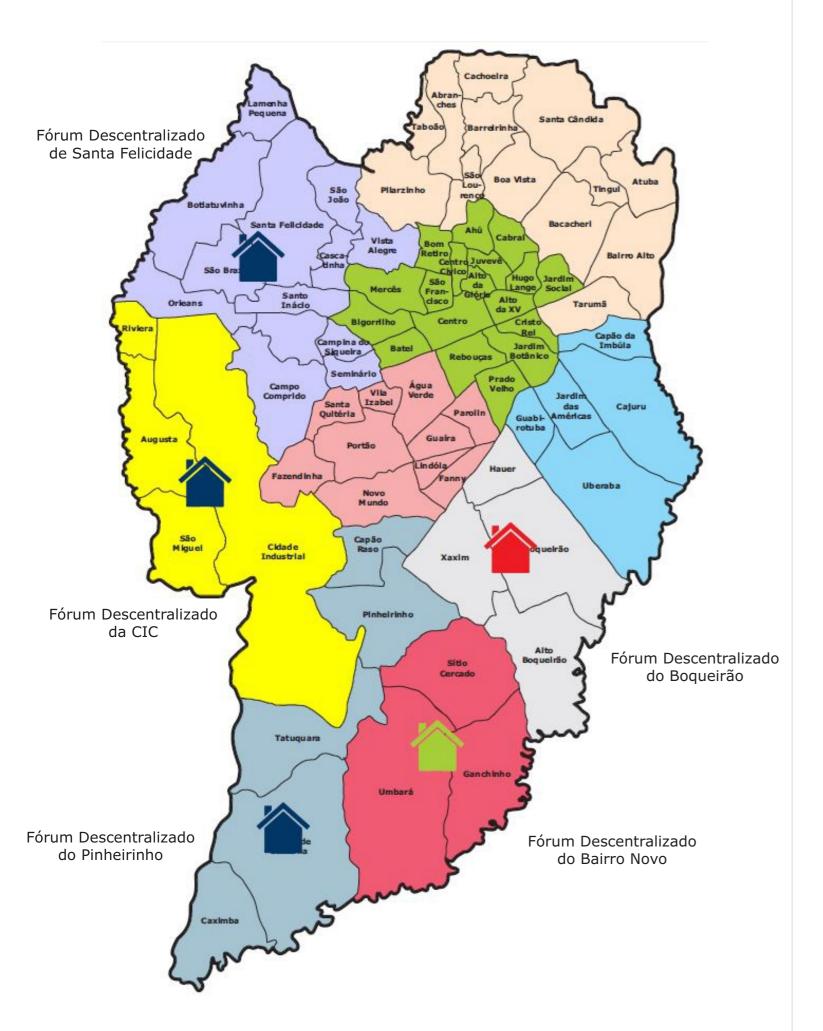
Além disso, comitivas do Japão, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América conheceram essa nova forma de fazer justiça, e a consideraram das mais avancadas que encontraram no País.

FÓRUNS DESCENTRALIZADOS **DE CURITIBA**



JUSTIÇA PRESENTE

03





Fórum Descentralizado de Santa Felicidade

Iniciou suas atividades em julho de 2012. A unidade é responsável por atender uma população de aproximadamente 172 mil habitantes de 13 bairros: Lamenha Pequena, Botiatuvinha, Santa Felicidade, São João, Orleans, São Braz, Santo Inácio, Cascatinha, Vista Alegre, Campo Comprido, Mossunguê, Campina do Siqueira e Seminário.

A unidade, que tem como diretora a juíza Adriana de Lourdes Simette, conta com uma equipe de 46 pessoas, entre servidores, estagiários, juízes leigos, conciliadores e voluntários. A distribuição média é de 500 processos por mês. O CEJUSC é desenvolvido com o auxílio de parcerias com universidades e voluntários, e as mediações pré-processuais chegam a absorver cerca de 20% de toda a distribuição. Em algumas áreas, como família, o índice de acordo chega a 80%.

Além disso, o Fórum Descentralizado de Santa Felicidade ainda conta diversos projetos sociais, mediadores voluntários, pesquisa de satisfação realizada pela população, assessoria jurídica gratuita (realizada através de convênios) e serviço de informação ao cidadão, que chega a registrar mais de 5 mil atendimentos por mês.

"O Fórum Descentralizado tem como escopo a representação da justiça do terceiro milênio. Nela, deve-se garantir o espaço para o diálogo como uma das formas de solução de conflitos, aliado a um atendimento mais humanizado, o que se exige quando se contemplam as competências que o compõem (CEJUSC, Infância e Juventude, Família,

Juizados Cível e Criminal). Com base nesse perfil surge o desafio de conciliar o volume crescente de demanda com a qualidade da Justiça mais perto do cidadão", destaca a Dra. Adriana Simette.

Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba

Iniciou as atividades em outubro de 2012. A unidade atende cerca de 200 mil curitibanos compreendendo os bairros: Riviera, Augusta, São Miguel e Cidade Industrial.

Dirigido pelo juiz Felipe Forte Cobo, a unidade foi a primeira a receber a tripla certificação do NUPEMEC, por oferecer serviços pré-processesuais, processuais e de cidadania no CEJUSC. Através de parcerias com faculdades o Centro ainda desenvolve mutirões denominados "Polo Avançado de Conciliação", com índices de acordo que chegam à 80%.

A unidade conta com a parceria da Polícia Militar, que possui um cartório instalado nas dependências do Fórum, trabalha em conjunto com a rede de proteção Municipal, prestando informações e orientações, e também realiza pesquisas de satisfação para avaliar a prestação dos serviços oferecidos.

"A descentralização da Justiça somente se justifica na medida em que ela signifique uma maior proximidade real com o



jurisdicionado. O Fórum, portanto, deve ser um centro de referência para a solução dos problemas jurídicos mais comuns à comunidade daquela base geográfica na qual se localiza, ainda que isso implique numa atuação interdisciplinar e interinstitucional.

O Fórum da CIC é um fórum social, seu maior destague fica por conta do enfogue multidisciplinar integrado, e consequentes parcerias públicas e privadas, para o fim de garantir a efetiva pacificação social, por meio da adequada solução dos conflitos", diz o Dr. Felipe Forte Cobo.

Fórum Descentralizado do Pinheirinho

Foi instalado em maio de 2014 e atende uma população de cerca de 200 mil pessoas dos bairros: Capão Raso, Pinheirinho, Tatuquara, Campo do Santana e Caximba.

Com a direção da Juíza Manuela Simon Pereira Rattmann, a unidade recebe cerca de 500 processos por mês, sendo a maior demanda na área de Infância e Juventude. Também são desenvolvidas parcerias com universidades e realizados cursos de conciliação e Justiça Restaurativa, aplicada na área Criminal. Com isso, o serviço préprocessual disponibilizado pelo Cejusc, chega a garantir índices de acordo elevados, próximos aos 80%.

Na área de cidadania são desenvolvidas ações em parceria com cursos de psicologia que atendem usuários de drogas e desenvolvem o projeto "Novos Caminhos", com jovens em fase de desacolhimento. Além disso, em virtude do grande número de atendimentos referentes à prestação de informações, a equipe criou uma cartilha explicativa com indicações de serviços e locais de atendimento para cada serviço.

"Eu encaro os Fóruns Descentralizados como uma oportunidade de ofertarmos um novo modelo de Justiça, voltado para as mais modernas práticas de solução de conflitos, mais célere e que efetivamente atenda às necessidades da comunidade. Esta oportunidade é, por outro lado, um grande desafio... A população atendida em cada um dos Fóruns Descentralizados de Curitiba chega



a ser superior à de grandes Comarcas do estado do Paraná. Somem-se a isto a diversidade de competências que lhes são atribuídas (juizados especiais, família, sucessões, infância e juventude), e a complexidade que é inerente a estas demandas de cunho social.

Apesar destas dificuldades, atuar num Fórum Descentralizado é muito gratificante. A proximidade com a comunidade atendida nos permite verificar que nosso trabalho tem surtido resultados muito satisfatórios, o que atribuo ao empenho e dedicação de nossa equipe de servidores e colaboradores, que também estão imbuídos desse espírito de "Justica Presente". Por tudo isso me sinto estimulada a trabalhar para que os Fóruns Descentralizados prestem um serviço cada vez melhor à população", relada a Dra. Manuela Rattmann.

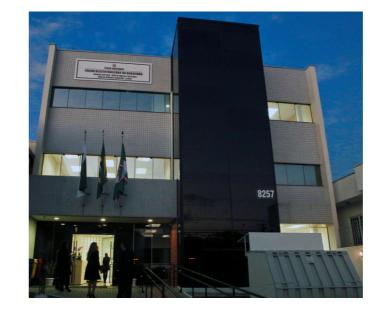
Fórum Descentralizado do Boqueirão

Foi instalado em maio de 2016 próximo ao Terminal do Carmo. A unidade atende uma população de cerca de 200 mil pessoas dos bairros do Boqueirão, Alto Boqueirão, Xaxim e Vila Hauer.

Com apenas 8 meses de idade, a unidade já recebe cera de 400 processos por mês e realiza centenas de atendimentos. No CEJUSC, os serviços pré-processual e processual vêm atingindo cerca de 100 acordos mensais com a realização de 300 audiências no mesmo período.

Coordenado, atualmente, pelo juiz Moacir Antonio Dala Costa, o Descentralizado

do Boqueirão ainda oferece assessoria jurídica gratuita, através de parcerias com universidades, e se preocupa em prestar informações e orientações com qualidade à toda a população.



Fórum Descentralizado do Bairro Novo

Localizada no Sítio Cercado, esta é a mais nova Vara Descentralizada, instalada em janeiro de 2017. A unidade será responsável por atender mais de 160 mil pessoas dos bairros do Sitio Cercado, Ganchinho e Umbará.

Dirigido pelo juiz Romero Tadeu Machado, anteriormente, o local abrigava os 9º e 10º Juizados Especiais Cível, Criminal e Fazenda Pública. Com a mudança, eles se transformam em Vara Descentralizada do Bairro Novo, responsável por atender demandas das áreas de família, infância e juventude, dos juizados especiais cíveis e criminais, além de contar com uma unidade de CEJUSC.

"Tenho a honra de ter estado à frente desta Unidade descentralizada pioneira em Curitiba desde 2006. Criado em meados de 2003, este juízo do Sítio Cercado se destacou no atendimento célere e na prestação das atividades jurisdicionais na região sul de Curitiba.

Hoje, com a atual competência territorial, temos como desafio acolher uma demanda estabelecida pelos projetos sociais que nos antecederam nesta mesma região. Certamente, com o apoio e a destinação adequada dos meios por parte do Tribunal de Justica, em especial da 2ª Vice-Presidência, manteremos a nossa qualidade na prestação dos serviços, trazendo resposta rápida, desburocratizada e a quem mais precisa, das demandas judiciais da sociedade. É o Poder Judiciário mais perto da população, como instrumento de inclusão e proteção social! ", destaca o Dr. Romero Tadeu Machado.



Deliberações do CSJEs



Ao longo da presente gestão, que teve início em 11 de agosto de 2014, o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais se reuniu em 09 oportunidades.

Diversas e relevantes decisões foram tomadas pelo colegiado neste período. Dentre elas destaca-se a aprovação da proposta de readequação das gratificações de serviço extraordinário, então regulamentadas pela Resolução nº 02/2009, e que tornou viável a execução do Plano de Estruturação e Instalação dos CEJUSCs, elaborado pelo NUPEMEC.

O CSJEs também determinou o encaminhamento de proposta ao Órgão Especial para alteração da competência dos Fóruns Descentralizados da Capital do Estado, posteriormente aprovada, estabelecendo que, no âmbito do Juizado Especial Cível, às Varas Descentralizadas de Curitiba, competiria a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, assim definidas em lei, excluídas as hipóteses referentes à matéria bancária, de telecomunicações ou acidentes de trânsito, cuja competência absoluta é afeta ao 1º, 3º e 7º Juizados Especiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Durante a gestão, foi autorizada a transformação de duas das unidades dos Juizados Especiais Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital, com a implementação de projeto-piloto de secretaria única.

Mediante encaminhamento de proposta,

o Órgão Especial alterou também o art. 39 da Resolução nº 093/2013, desse mesmo Órgão. A partir dessa modificação, nas Comarcas e Juízos de Foro Único do Estado do Paraná com mais de uma serventia, as secretarias do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública, quando não forem unidades autônomas, passaram a funcionar sempre junto à serventia criminal, que é estatizada e conta com estrutura e servidores custeados pelo Poder Público.

Por fim, as deliberações referentes à reestruturação implementada no âmbito das Turmas Recursais, levadas a efeito a fim de incrementar a prestação jurisdicional à população, bem como oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e magistrados, também obtiveram destaque. A este respeito, foi aprovada a transformação de 8 cargos de Juiz de Direito Substituto da Capital em cargos de Juiz de Direito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, com estrutura idêntica à dos Juízes de Direito de entrância final. A proposta deverá ser objeto de Lei Estadual.

O colegiado ainda estabeleceu que, considerando a necessidade do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça, as Turmas Recursais passassem a realizar sessões de julgamento semanais. Também a instalação de estrutura adequada à realização de sessões por videoconferência foi determinada para oportunizar às partes, advogados, servidores e magistrados melhores condições nos dias de sessão de julgamento, possibilitando que os procuradores façam sustentações orais a distância.

20 Anos dos Juizados Especiais

Publicada no dia 26 de setembro de 1995, a Lei nº 9.099 completou, em 2015, seu aniversário de 20 anos. Com um Sistema que revolucionou o judiciário brasileiro e representou um considerável avanço para a concretização do acesso à justiça, na medida em que permitiu que as pessoas buscassem soluções para seus conflitos cotidianos de forma fácil, rápida, eficiente e gratuita, os Juizados Especiais receberam grandes homenagens.

Durante todo o ano de 2015, o Tribunal de Justiça do Paraná, através de sua 2ª Vice-Presidência, desenvolveu uma série de atividades em comemoração à data. Unindo a homenagem ao momento de importantes transformações do Judiciário, com o estímulo e fortalecimento dos métodos autocompositivos de solução de conflitos, foi lançado o projeto: "20 anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário".

O primeiro grande marco da iniciativa foi o evento comemorativo realizado no dia 29 de setembro. Na ocasião, autoridades do Tribunal de Justiça, magistrados e servidores participaram de uma solenidade que contou com homenagens a todos os 2° Vice-Presidentes da instituição, aos vencedores do Concurso de Artigos Jurídicos e os pioneiros do Sistema, lembrados através de um vídeo institucional.

Além de promover a celebração da data, o projeto "20 anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário" ainda incorporou diversas atividades que pretendiam traçar novas ações para o futuro do Sistema. Entre elas a replicação do programa "Redescobrindo os Juizados Especiais", desen-volvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de resgatar os princípios da Lei nº 9.099/95; a 10ª edição da Semana Nacional de Conciliação, o V Encontro de Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná, EMAJEP, e o I Encontro Paranaense dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, EPACEJUSC.

Na ocasião, foi criada uma página eletrônica, disponível no site do Tribunal de Justiça do Paraná, com o objetivo de divulgar o calendário de atividades e manter uma prestação de contas com todos os envolvidos no Sistema.

Outra preocupação foi resgatar a história

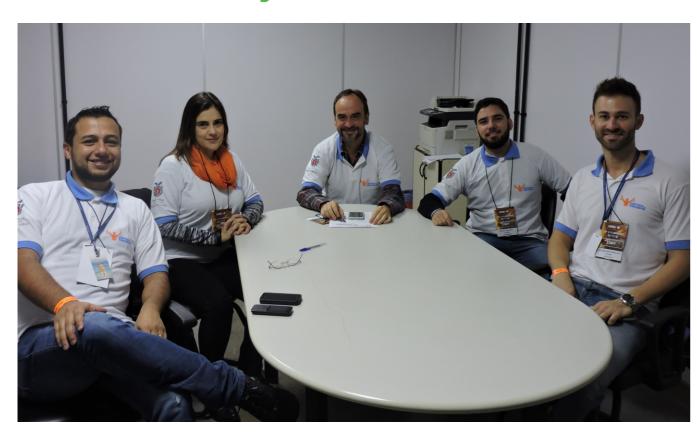
dos Juizados Especiais e documentá-la. Para tanto, foi criado um grupo de estudos que reuniu documentos, fotos e depoimentos de magistrados e servidores pioneiros para a criação do vídeo institucional, das informações divulgadas no site, e da criação da Exposição dos 20 Anos dos Juizados Especiais.

Através de banners, todo o material pesquisado foi exposto na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça por mais de 60 dias. Além de informações de projetos de destaque, registros fotográficos de servidores e magistrados, pioneiros e atuais, a exposição ainda contou com os autos do primeiro processo do Juizado Especial Criminal de Curitiba, que terminou em acordo, e o Diário Oficial do Estado de 16 de julho de 1996, com a publicação original da Lei Estadual nº 11.468/96, que organizou e estruturou o Sistema no Paraná. Na sequência, para que o trabalho pudesse alcançar outras regiões, a exibição ganhou uma versão eletrônica, com a criação da exposição virtual no portal do TJPR.

Além de servidores e magistrados, a exibição recebeu uma convidada especial. Em outubro de 2015, a então Corregedora Nacional de Justiça, Nancy Andrighi, esteve na capital paranaense e visitou o espaço acompanhada pelo 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak. Ao final da visita ela concedeu ao TJPR uma homenagem, com a publicação de um artigo na coluna "Nosso Aplauso" do site do CNJ.



Justiça ao Torcedor



Durante os anos de 2014, 2015 e 2016, todas as partidas de futebol dos principais clubes de futebol paranaenses (Coritiba Foot Ball Club e Clube Atlético Paranaense), classificadas pela Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos (DEMAFE) como de risco à ordem pública, foram atendidas pelo Programa Justiça ao Torcedor. No total, mais de 60 partidas de futebol, de competições como: o Campeonato Paranaense, Primeira Liga, Campeonato Brasileiro e Copa do Brasil, receberam ações do programa.

Muito embora o número de ocorrências tenha sido pequeno, apresentando uma média de 10 registros por ano, o programa se mostrou muito importante para a garantia da segurança dos torcedores. Com a presença de um posto avançado dos Juizados Especiais nos estádios, observou-se uma mudança de postura dos infratores, e, consequentemente, a diminuição da quantidade de termos circunstanciados. A maior parte das ocorrências teve relação com posse de drogas para consumo próprio, crimes contra a honra e lesões corporais.

Seguindo a recomendação de atuar em qualquer evento considerado de risco, o Justiça ao Torcedor foi aplicado também em outros dois grandes eventos. No UFC (Ultimate Fighting

Championship) 198, um dos maiores eventos de MMA do mundo, Curitiba recebeu o terceiro maior público da história do evento, mais de 45 mil pessoas. Realizada no dia 14 de maio de 2016, na Arena da Baixada, a competição contou com uma equipe ampliada do Justiça ao Torcedor. Ainda em 2016, o posto avançado atuou na apresentação do grupo de rock norteamericano, Guns n' Roses, realizado no dia 17 de novembro na Pedreira Paulo Leminski, reunindo cerca de 20 mil pessoas.

Participam do programa Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e servidores voluntários atuantes no Foro Central e na Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, que atuam, principalmente, nas atividades de realização de audiências. Em 2015, pensando em melhorar a prestação do serviço, a 2ª Vice-Presidência realizou uma capacitação para os servidores já inscritos no programa.



Operação Litoral

Com o objetivo de atender a alta demanda da região litorânea no período de férias de verão, anualmente, a Operação Litoral é realizada durante o recesso judiciário e o período de carnaval através de uma força tarefa coordenada pela 2ª Vice-presidência. Nas últimas três edições o projeto contemplou os Postos de Matinhos, Guaratuba e Ponta do Paraná, além da Ilha do Mel, atendida através de uma equipe "móvel".

A equipe, formada por magistrados e servidores, se desloca até às unidades com competência para atender demandas relativas aos Juizados Especiais Cível e Criminal, além das matérias afetas à Infância e à Juventude. Também os usuários de entorpecentes são atendidos pelo Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao Uso de Drogas (PAPPUD), desenvolvido por uma psicóloga do quadro de servidores do TJPR.

Desde a temporada de 2014/ 2015, até a mais recente, 2016/ 2017, todas as edições da Operação Litoral apresentaram crescimento nos números de audiências, autuações e atendimentos. Somando os dados das três edições realizadas pela gestão, foram 50 dias de trabalho, 1.169 audiências no Juizado Especial Criminal, com 484 transações penais, arrecadação de prestação pecuniária no montante de R\$ 204.763,00 e 221 usuários de entorpecentes atendidos pelo PAPPUD; no âmbito da Infância e da Juventude foram realizadas 92 autuações.

Um dos maiores resultados obtidos pelo programa foi conquistado graças a uma novidade aplicada desde o início da gestão, o uso de vans do projeto "Juizado Móvel". Com o objetivo de auxiliar na conscientização da população e a prevenção de eventuais litígios e/ou ocorrências, além da busca pela aproximação da população ao Poder Judiciário, nas últimas três edições, uma equipe rodou o litoral com as vans. A receptividade da população foi tamanha que, já na segunda temporada de utilização do veículo, o número de atendimentos quadruplicou. Através deste trabalho, foi registrada a primeira mediação préprocessual em unidade móvel, solucionando um conflito ocorrido minutos antes nas areias da praia, além de duas conciliações relativas ao Juizado Especial Criminal, prevenindo vias de



19^a Operação Litoral

Entre os dias 29/12 de 2016 e 04/01 de 2017 foi realizado o primeiro período da 19ª Edição da Operação Litoral. A equipe, formada por 27 pessoas, entre magistrados e servidores, atuou nos postos de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Ilha do Mel.

No âmbito do Juizado Criminal foram realizadas 219 autuações e 109 transações penais, números cerca de 50% maiores daqueles atingidos no mesmo período da temporada anterior. Além disso, foram arrecadados R\$ 32.580 de prestação pecuniária e realizado 50 atendimentos no PAPPUD. No campo da Infância e Juventude foram realizadas 15 autuações.

Mesmo com apenas 7 dias de duração, o número de atendimentos realizados pela Van do Juizado Móvel foi bastante expressivo. 813 pessoas foram abordadas, recebendo esclarecimentos e orientações, e duas conciliações relativas ao Juizado Especial Criminal foram realizadas pela equipe.



Deliberações do NUPEMEC

Nas 07 reuniões do NUPEMEC realizadas durante a presente gestão, importantes deliberações podem ser destacadas. Dentre elas está a criação e instalação do Núcleo de Direitos do Cidadão, NUCID, sob a presidência e coordenação do Desembargador Ruy Muggiati, cuja atuação desenvolverá a política de cidadania do NUPEMEC, fornecendo orientações aos CEJUSCs de todo o Paraná.

O NUPEMEC também aprovou o Plano de Estruturação e Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania -CEJUSCs. O objetivo do plano é fornecer subsídios à Administração do Tribunal de Justiça

do Paraná para o estabelecimento de parâmetros à adequada estruturação (humana e material) dos CEJUSCs, viabilizando, assim, sua instalação em todas as Comarcas do Estado.

O ano de 2016 ficou marcado pelo expressivo número de pessoas capacitadas para atuarem como mediadores e conciliadores judiciais - os chamados "facilitadores". As capacitações fazem parte do plano de estruturação e instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania -CEJUSC's, promovido pela 2ª Vice-Presidência, através do NUPEMEC.

Encontros e Eventos Culturais

Nos últimos dois anos foram realizados importantes eventos de caráter científico, com debates de assuntos referentes, principalmente, às políticas de Juizados Especiais e Autocomposição.

Tendo como objetivo o debate e preparação de propostas de enunciados do TJPR para o FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais), o primeiro deles foi realizado no final de 2014. Entre 4 e 6 de dezembro, foi desenvolvido o IV Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais (EMAJEP), em Foz do Iguaçu, com a participação de mais de 100 inscritos.

Em abril de 2015, nos dias 13 e 14, o I Encontro das Turmas Recursais do Estado do Paraná foi realizado na EMAP, em Curitiba, e reuniu mais de 70 pessoas, entre servidores e magistrados. Além da elaboração de um diagnóstico, desenvolvido com técnicas de planejamento estratégico, os magistrados ainda tiveram a oportunidade de discutir enunciados adotados pelas Turmas.

De 10 a 12 de dezembro de 2015, foi realizado o V EMAJEP, também em Foz do Iguaçu, com a presença de 60 participantes. Na ocasião, também foi promovido o I EPACEJUSC (Encontro Paranaense de CEJUSCs). As palestras do Ministro do STJ, Néfi Cordeiro (então Coordenador Nacional da Política de Autocomposição), bem como do Ministro do STF, Luiz Edson Fachin, foram verdadeiros marcos para o primeiro grande evento de autocomposição do Estado do Paraná. Os debates realizados na primeira edição do Encontro tiveram grande relevância e ensejaram novas ideias para o desenvolvimento de um Sistema Autocompositivo no Estado.

O FONAJE, em suas 36a (26 a 28 de novembro de 2014, em Belém-PA), 37^a (27 a 29 de maio de 2015, em Florianópolis-SC), 38a (25 a 27 de novembro de 2015, em Belo Horizonte-MG), 39^a (8 a 10 de junho de 2016, em Maceió-AL) e 40a (16 a 18 de novembro de 2016, em Brasília-DF), sempre contou com representantes do TJPR, contribuindo com os debates nacionais sobre o Sistema dos Juizados Especiais e deliberando a redação de enunciados que são seguidos pela maioria dos magistrados do País. Importantes nomes do meio jurídico, Ministros do STF e Tribunais Superiores, Desembargadores, Juízes, Advogados e Professores Universitários proferiram palestras em todos os eventos, enriquecendo o conteúdo que foi debatido pelos participantes.

O NUPEMEC do TJPR participou também da criação do FONAMEC (Fórum Nacional da Mediação e Conciliação), em solenidade ocorrida em 12 de dezembro de 2014, em Brasília. Desde então tem participado de todas as suas edições formulando proposições de enunciados. A primeira reunião aconteceu em abril de 2015, em São Paulo-SP, e, a segunda, no mesmo local, no mês de outubro daquele ano. Em abril de 2016, a reunião se deu em Cuiabá-MT, mesmo local da quarta reunião, que aconteceu em novembro do mesmo ano. Os enunciados do FONAMEC, forte na Resolução nº 125/2010-CNJ, têm força vinculativa, desde que referendados pelo Plenário do CNJ.

Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs

Com a entrada em vigor da Lei de Mediação e do Novo Código de Processo Civil, em março de 2016, uma série de readaptações precisaram ser pensadas para todo o Sistema de Justica do Brasil.

A nova legislação criou mecanismos que privilegiam a conciliação entre as partes enquanto forma de solução para os litígios, trazendo uma proposta de mudança cultural aos operadores do Direito e aos cidadãos. Com isso, as novas regras também despertaram uma preocupação, a preparação da estrutura do Judiciário para atender as demandas.

Seguindo essas considerações, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, também no mês de março, a atualização da Resolução 125/2010. A emenda, entre outras coisas, traçou diretrizes relativas à instalação e ao funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (CEJUSCs), criados pela mesma resolução, e adotados pelo

Em conformidade com a legislação federal, já na primeira reunião de 2016, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Paraná aprovou um Plano de Estruturação e Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

O objetivo era fornecer subsídios à administração do TJPR para viabilizar o funcionamento dos CEJUSCs em todas as Comarcas do Estado.

O documento, desenvolvido por uma comissão da 2ª Vice-Presidência, envolveu uma série de estudos para prever o mais adequado modelo de CEJUSC para a realidade paranaense. Inédito no país, o material pretendia garantir a capacitação de servidores e a oferta de serviços processuais, pré-processuais e de cidadania, em curto espaço de tempo e sem custos extras à administração do TJPR.

Antes mesmo do prazo estipulado pelo CNJ, em marco de 2016 o plano encontrava-se aprovado e regulamentado pela presidência do TJPR através do Decreto Judiciário n. 286/2016 publicado no Diário da Justiça do dia 21/03.



A partir desta publicação a equipe da 2ª Vice-Presidência iniciou a execução do plano. Em primeiro lugar, foram estruturados e instalados os CEJUSCs das comarcas de entrância final, totalizando 35 unidades (incluindo-se o CEJUSC de 2º). Após, houve a instalação de 37 unidades nas comarcas de entrância intermediária, e, por fim, mais 21 centros, correlatos à entrância inicial, tiveram autorização para funcionar.

Finalizando a gestão, a 2ª Vice-Presidência bateu a meta instituída certificando 93 CEJUSCs. Somando-se a eles, as extensões denominadas PRÈ (pré-processuais), o Tribunal de Justiça do Paraná passou a contar com 116 CEJUSCs, alcançando o topo do ranking dos Tribunais brasileiros com o maior número de centros por habitante, ultrapassando, inclusive, o Estado de São Paulo.

A conquista desses resultados e, principalmente, da meta estabelecida pela gestão da 2ª Vice-Presidência de transformar o Paraná no estado com maior número de Centros por habitante no Brasil, é motivo de comemoração. O 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, destaca "essa marca histórica precisa ser comemorada, não apenas porque o Paraná assume definitivamente a vanguarda na política de autocomposição nacional, mas, fundamentalmente, porque os cidadãos paranaenses terão o melhor atendimento do País para suas demandas, podendo resolvê-las de modo consensual, além de ter acesso a diversas ações de cidadania e orientação sobre seus direitos".

Capacitações



Um dos pontos de destaque da atual gestão da 2ª Vice-Presidência é o investimento em capacitações. Em observância ao Regulamento de Capacitações de Facilitadores (Conciliadores e Mediadores) do CNJ, o NUPEMEC-PR, por intermédio da Coordenadoria de Capacitações da 2ª Vice-Presidência, promoveu, desde 2014, a capacitação de 1442 servidores e 1482 voluntários em métodos autocompositivos, num total de quase 3 mil pessoas, sem qualquer custo para o TJPR.

O trabalho de formação continuada foi desenvolvido seguindo o Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs. Um estudo de execução dos cursos foi desenvolvido e aprovado pelo NUPEMEC, com o objetivo de capacitar todos os servidores designados para atuar nos centros do estado. O cronograma de capacitações presenciais foi desenvolvido a partir das maiores cidades do interior, que possuem maior demanda, até os municípios de menor porte.

Também foi disponibilizado um curso de conciliação em formato pocket, com a gravação de aulas expositivas e demonstrações práticas, necessárias para consolidar a forma procedimental de funcionamento dos CEJUSCs e de atuação de servidores. Além disso, a partir de setembro de 2016, foi criado o curso de Ensino a Distância (EAD) através de uma plataforma na internet, desenvolvida e certificada pelo Conselho Nacional de Justiça. Cerca 300 servidores utilizaram esse sistema que contribui para o crescimento exponencial no número de conciliadores, uma vez que desburocratiza o acesso ao conhecimento e dá ao facilitador as

ferramentas necessárias para a atuação junto a todas as hipóteses encaminhadas aos CEJUSCs.

Uma grande parte dos servidores capacitados já cumpriu as 60 horas obrigatórias de estágio supervisionado e está habilitada a atuar em sessões de mediação.

O índice de profissionais capacitados pelo NUPEMEC do TJPR é um dos maiores do Brasil, o que possibilita que todos os CEJUSCs já instalados, e os que venham a funcionar em breve, tenham condições de contar com facilitadores qualificados e que preencham todos os requisitos do CNJ.

Tais resultados colocam o Tribunal de Justiça do Paraná como importante polo instrutor nacional em autocomposição, condição até então atribuída a poucas Cortes do Brasil.



Semana Nacional da Conciliação



A Semana Nacional da Conciliação é promovida, anualmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais estaduais. O objetivo é, através de uma semana de pautas concentradas, incentivar e fomentar a cultura da conciliação processual e pré-processual, reduzir o acervo de ações e o tempo médio de duração dos processos nos tribunais de todo o país.

Ao longo das últimas três edições da campanha, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através da 2ª Vice-Presidência, conseguiu a adesão de boa parte das comarcas do estado atingindo a marca de 43 mil pessoas atendidas. No total, foram designadas mais de 23 mil audiências de conciliação durante os eventos, destas, 19 mil foram realizadas somando o montante expressivo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

homologados. Em média, o percentual de acordos atingiu 23%.

A conciliação, orientada pela Resolução 125/2010, do CNJ, que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no Poder Judiciário, agora incorporada pelo Novo Código de Processo Civil como etapa obrigatória, foi responsável pela diminuição de mais de 5.000 processos em todo o Paraná, reforçando ainda mais a ideia de que se trata do meio mais curto, pacífico, célere e seguro para solução dos conflitos.

Para atingir esse objetivo, o TJPR realizou um trabalho de planejamento convidando juízes, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e instituições de ensino superior para participarem das ações. Ao longo dos últimos 3 anos da campanha, mais de 6.000 pessoas, entre magistrados, servidores, auxiliares da justiça e colaborados, participaram das ações garantindo uma prestação de serviço com qualidade e eficiência.

Em 2016, na última edição, uma novidade foi empregada durante as ações da semana. Em Curitiba, pela primeira vez uma van foi utilizada para ajudar na divulgação da Campanha e atendimento da população. Nos cinco dias do evento o veículo esteve em localidades diferentes da cidade com servidores aptos a prestar esclarecimentos e informações.



Jus XXI - Inovação e Cidadania

Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça, a política de cidadania ganhou destaque, tornando-se, inclusive, um dos macrodesafios do Planejamento Estratégico 2015-2020. No entanto, mesmo antes disso, vários magistrados paranaenses desenvolveram iniciativas pioneiras de promoção dessa política. Pensando em divulgar e estimular essa prática, desde a primeira edição da Revista AproximAção foram feitas pesquisas para identificar projetos de cidadania desenvolvidos no estado. A partir da segunda edição do material, iniciou-se um trabalho de divulgação de matérias jornalísticas a respeito dos projetos.

A partir do segundo semestre de 2016 esse trabalho foi ampliado com a criação do "Prêmio JUS XXI - Inovação e Cidadania", instituído pelo Núcleo de Direitos do Cidadão do Tribunal de Justiça do Paraná (NUCID) e a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR). O objetivo era identificar essas práticas, bem como homenagear seus idealizadores e executores, além de criar um banco de dados com a possibilidade de replicar os projetos em outras localidades.

Para desenvolver a logística da premiação, a AMAPAR e o NUCID, realizaram um amplo estudo para identificar projetos de cidadania idealizados e executados por magistrados em todo o Paraná, em primeiro e segundo graus de jurisdição. Foram criadas as categorias: "magistrado", que homenageou as iniciativas individuais, e a "institucional", que premiou os colegiados, coordenadorias, comissões e demais estruturas administrativas

que cumprem políticas judiciárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Para ambas as categorias, foram desenvolvidos um certificado e um troféu com a logomarca "JUS XXI - Inovação e Cidadania".

A cerimônia de entrega do prêmio foi realizada no dia 28 de setembro de 2016, no auditório da sede administrativa da AMAPAR e contou com a participação da secretária de Direitos Humanos do Governo Federal, Dra. Flávia Piovesan, que realizou uma palestra com o tema: "Política de Cidadania no Poder Judiciário".

Na categoria Institucional foram entregues 5 prêmios para: o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ), o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Paraná (GMF), a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), a Comissão de Acessibilidade do TJPR, a Ouvidoria do TJPR, e a AMAPAR, que recebeu o prêmio pelos projetos: Ser Social, e Responsabilidade Social. Na categoria individual, 25 magistrados foram premiados, por desenvolverem mais de 80 iniciativas de cidadania em todo o Paraná.

Ao final do evento, todos os Desembargadores que integram a cúpula do TJPR também foram homenageados com os troféus JUS XXI - Inovação e Cidadania, por terem sempre prestado apoio às iniciativas e contribuírem para o seu sucesso.



Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola



Em 2016 o programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola" completou 23 anos de existência sob a coordenação da 2ª Vice-Presidência. Com o objetivo de facilitar e difundir o acesso à Justiça, através da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania a crianças e adolescentes do ensino fundamental de escolas da rede pública, o projeto ganhou importantes investimentos nos últimos 2 anos.

Ainda em 2015, um apoio firmado com a Caixa Econômica Federal garantiu a impressão de 50 mil cartilhas e 4 mil manuais do programa. Com esse material o trabalho foi desenvolvido no sentido de incentivar magistrados e servidores a trabalharem de forma voluntária levando as ações do programa para novas Comarcas.

Através desse incentivo o programa Justica e Cidadania também se Aprendem na Escola encerrou as atividades de 2016 batendo recordes. Nos últimos 2 anos de atividade, foi levado a 700 escolas de 40 comarcas do Estado, e atendeu mais de 36 mil crianças e adolescentes, uma marca nunca antes atingida. Diante de resultados tão significativos a 2ª Vice-Presidência do TJPR, coordenadora do Programa, desenvolveu, em outubro de 2016, um evento cultural em homenagem aos

magistrados e servidores que trabalharam de forma voluntária durante os últimos 2 anos de atividades do Justica e Cidadania também se Aprendem na Escola.

Os voluntários assistiram a uma apresentação teatral realizada na Capela Santa Maria e receberam uma medalha de agradecimento. Para o 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, essa foi uma oportunidade de destacar os resultados do Programa e o valoroso trabalho desenvolvido por todos os voluntários. "É uma marca histórica: 36 mil crianças atendidas, atuação em mais de 700 escolas e mais de 40 comarcas participantes, tudo em apenas dois anos. Isso só foi conquistado através do trabalho de todos os voluntários, que, com muita disponibilidade, resolveram emprestar um pouco do seu tempo e conhecimento a milhares de crianças. Em nome delas, homenageamos todos os voluntários que nos ajudaram a fazer, desse, um programa de sucesso e com um magnífico alcance social", disse o Desembargador.

